

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

Maria Lúcia Moura Barros, brasileira, solteira,  
do lar, portadora de RG nº 3735846-4 SSP-AL,  
inscrito no CPF sob nº 120.686.144-48. Residente  
e domiciliada na R. Ses Olavo Lathieres, 31,  
QD'C-1, Fênici, Maceió, Alagoas.

OUTORGADOS: CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO, brasileiro,  
solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil,  
Seção do Estado de Alagoas, sob o n.º 8628, inscrito no CPF sob  
o n.º 048.679.764-31, com endereço profissional situado na Rua  
Dr. Padre Donald, s/n.º, Sala 01, Cohab Velha, União dos  
Palmares/AL.

PODERES: Confere o outorgante ao outorgado poderes para foro em  
geral, investindo-se nos poderes da cláusula ad judicium, podendo  
ainda transigir, confessar, desistir, receber e dar quitação bem  
como substabelecer, com ou sem reserva.

União dos Palmares, 21 de junho de 2016.

Maria Lúcia Moura Barros

OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu,  
Maria Lúcia Moura Barros  
 brasileiro (a), solteira, do lar  
 portador (a) de RG n.º 3735846-4 SSP/th  
 inscrito (a) no CPF sob o n.º 120.686.144-48,  
 residente e domiciliado(a) na  
Av. Des. Olavo Calheiros, 32, Q.D.C-1,  
Murici - Alagoas  
 declaro, com a finalidade de obter os benefícios da  
 Assistência Judiciária (art. 5º, LXXIV, CF/88 e lei nº  
 1.060/50), que não possuo condições econômico-financeiras  
 de arcar com as custas processuais sem prejuízo de meu  
 sustento próprio e/ou família.

União das Palmeiras, 21 de junho de 2016:

Maria Lúcia Moura Barros

DECLARAÇÃO ANUAL DE ISENTO

Declaro para os devidos fins que sou isento  
(a) de apresentar declaração de Imposto de Renda junto à  
Receita Federal (Lei 7.115/83), não possuindo condições  
financeiras para arcar com as custas processuais sem o  
prejuízo de meu sustento próprio, bem como de minha  
família.

União das Palmeiras, 21 de junho de 2016.

Maria Lúcia Moura Barros

NOME: Maria Lúcia Moura Barros

CPF n.º 120.686.144-48

RG n.º 3735846-4 SSP-AL.



<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL LEI Nº 7.116 DE 29-05-83		DATA DE NASCIMENTO <b>19/11/1968</b>
NOME <b>MARIA CÍCERA MOURA BARROS</b>	DATA DE EMISSÃO <b>21/06/2012</b>	DATA DE VALIDADE <b>21/06/2017</b>
ENDEREÇO <b>UNIDADE DOS PALMARES - N. 100</b> <b>BOCA DO RIO - N. 100</b> <b>CELESTINO - N. 100</b>	NOME DO TITULAR <b>MARIA CÍCERA MOURA BARROS</b>	DATA DE NASCIMENTO <b>19/11/1968</b>
NOME DO TITULAR <b>MARIA CÍCERA MOURA BARROS</b>	DATA DE EMISSÃO <b>21/06/2012</b>	DATA DE VALIDADE <b>21/06/2017</b>
NOME DO TITULAR <b>MARIA CÍCERA MOURA BARROS</b>	DATA DE EMISSÃO <b>21/06/2012</b>	DATA DE VALIDADE <b>21/06/2017</b>

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**65D1.AD8B.3D/BC.ADD5**

A autenticidade deste comprovante deverá  
 ser confirmada na Internet, no endereço  
**www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil  
 às 10:53:53 do dia 04/03/2013 (hora e data de Brasília)  
 dígito verificador: 00

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
 Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**  
 Número  
**120.686.144-48**

Nome  
**MARIA CÍCERA MOURA BARROS**

Nascimento  
**19/11/1968**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



**Eletrobras**

Distribuição Alagoas

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

Av. Fernandes Lima, nº 3349, Gruta de Lourdes - MACEIÓ-AL

CNPJ: 12.272.084/0001-00

IE: 24007177-8

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 1022053

**MARIA JEANE DA SILVA**

CJ RES OLAVO CALHEIROS, 32, QD C1

BAIRRO URBANO

57820000 MURICI

AL

CÓDIGO ÚNICO <b>12669652</b>	MÊS <b>05/2016</b>	PERÍODO DE CONSUMO <b>28/04/16 a 30/05/16</b>
CONSUMO (kWh) <b>73</b>	VENCIMENTO <b>10/06/16</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 37,79</b>

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue Eletrobras: 0800 082 0196

autenticação mecânica

recorte aqui

**Eletrobras**

Distribuição Alagoas

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

Av. Fernandes Lima, nº 3349, Gruta de Lourdes - MACEIÓ-AL

CNPJ: 12.272.084/0001-00

IE: 24007177-8

CÓDIGO ÚNICO <b>12669652</b>	MÊS <b>05/2016</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 37,79</b>
---------------------------------	-----------------------	-----------------------------------

836200000005.377900030000.000000012666.965205160058





ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA

DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

POLICIA CIVIL

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

NUMERO: 0303-B/15-0148

Fols. 13/1

DELEGACIA: 116º DP - Muriçá 11ª DRP/DPJA3

FONE: 32861666

DATA/HORA COMUNICADO: 17/06/2015 17:02

DELEGACIA DESTINO: 116º DP - Muriçá 11ª DRP/DPJA3

FATO

NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO

INSTRUMENTO: Outros

DATA/HORA: 07/02/2015 15:00

LOCAL DO FATO: CONJUNTO OLAVO CALHEIROS Bairro não informado Muriçá

DIA DA SEMANA: 6 PONTO DE REFERÊNCIA:

COR  
1 BRANCO 4 PARDOS  
2 PRETO 5 SARDAS  
3 AMARELO 6 ALBINOESTADO CIVIL  
1 SOLTEIRO 4 SEPARADO  
2 CASADO 5 AMASSADO  
3 VIÚVONACIONALIDADE  
1 BRAS. NATO  
2 BRAS. NATURALIZADO  
3 ESTRANGEIRODIA DA SEMANA  
1 SEG 4 QUI 7 DOM  
2 TER 5 SEX  
3 QUA 6 SABGRAU DE INSTRUÇÃO  
1 ANALFABETO 4 NÍVEL MÉDIO  
2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR  
3 FUNDAMENTAL

VITIMA

NOME / RAZÃO SOCIAL: MARIA CICERA MAURA DE BARROS

RG: 37358464

SEDS/AL

CPF: 12068614448

FILIAÇÃO: BENEDITO SULINO DE BARROS

PEDRINA DA CONCEIÇÃO DE MOURA

PROFISSÃO: Autônomo

DATA DE NASCIMENTO: 19/11/1988

IDADE: 26

COR:

SE 3 F

UF: AL NATURALIDADE: UNIÃO DOS PALMARES/AL

NACIONALIDADE: 1

ESTADO CIVIL: 1

GRAU INSTRUÇÃO: 3

TURISTA

ENDEREÇO: CONJUNTO OLAVO CALHEIROS

Nº

BAIRRO:

CIDADE: Muriçá

FONE:

SE ( ) PM ( ) PF ( ) PC ( ) PRF ( ) BM ( ) GM ESPECIFICAR ( ) EM SERVIÇO ( ) FORA DE SERVIÇO ( ) INATIVO

AFINIDADE VITIMA -&gt; AUTOR:

OCORRÊNCIA RELACIONADA A:

Nº 0303-B/15-0156

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTORICO

CIENTIFICADA QUE AS FALSAS DECLARAÇÕES PODEM OCASIONAR SANÇÕES PENAIS.

AFIRMA A DECLARANTE QUE EM DATA, HORA E LOCAL SUPRAMENCIONADOS SOFREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO; QUE ESTAVA NA GARUPA DE UMA MOTOCICLETA, GUIADA POR UM MOTOTAXISTA; QUE O MOTOQUEIRO PERDEU O CONTROLE DA MOTO AO DERRAPAR EM UMA CURVA, TENDO SIDO ARREMEÇADA AO CHÃO; QUE SOFREU FRATURA NOS OSSO DA PERNA; QUE FOI SOCORRIDA E ENCAMINHADA PARA O HGE EM MACEIO PELO SAMU; QUE NÃO SABE INFORMAR DADOS DO VEÍCULO EM QUE ESTAVA, NEM SABE DIZER O NOME DO MOTOTAXISTA, QUE ANEXO A ESTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA OS COMPROVANTES DE QUE DEU ENTRADA NO HOSPITAL. NADA MAIS DISSE.

NOTICIANTE:

ASS.: *Maria Cícera Maura de Barros*

ELABORADO POR: Gustavo Henrique Bezerra de Menezes

ASS.:

RG / MAT.: 027-2

AUTORIDADE: IGOR DIEGO VILELA COSTA

ASS.:

RG / MAT.: 044-2

ESCRIVÃO: Gustavo Henrique Bezerra de Menezes

ASS.:

RG / MAT.: 027-2





ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFESSOR OSVALDO BRANDÃO VILELA  
SECRETARIA HOSPITALAR

## RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: MARIA CICERA MOURA BARROS

D. N / IDADE: 19.11.1988

PRONTUÁRIO: 2244098

DATA DO ATENDIMENTO: 07.02.2015

ALTA: 05.03.2015

CID: S 72

HORA: 17h:35min

DIAGNÓSTICO: ➤ Trauma de coxa direita por acidente de trânsito.

TRATAMENTO: ➤ Cirúrgico.

ACHADO: ➤ Fratura de fêmur direito.

CONDUTA: ➤ Exames radiológicos e laboratoriais;  
➤ Limpeza com soro fisiológico;  
➤ Redução e fixação da fratura com placa e parafusos;  
➤ Antibiótico;  
➤ Analgesia;  
➤ Clexane.

OBS.: Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

OBS.: Relato as informações constantes no prontuário.

Maceió, 12 de maio de 2015



# HOSPITAL GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

fls. 15

## FICHA DE ATENDIMENTO

Nº ATENDIMENTO: 2244098

DATA: 7/2/2015

HORA: 17:35:36

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

PACIENTE: MARIA CICERA MOURA BARROS

SEXO: FEMININO

DATA NASCIMENTO:

MÃE

IDADE: 24 ANOS

CPF:

RG:

RESPONSÁVEL: SAMU R

NACIONALIDADE: BRASIL

NATURAL DE: ALAGOAS

CIDADE: MURICI/AL

BAIRRO:

CARTÃO SUS

LOGRADOURO: CONJ OLAVO CALHEIROS QD C1 N 34

OBSERVAÇÕES: NAO PORTAVA CARTAO SUS

TELEFONE:

9917.3563

### DADOS DO ATENDIMENTO

MOTIVO ATENDIMENTO: ACIDENTE DE MOTO

FORMA DE CHEGADA: SAMU

PROCEDÊNCIA: MURICI

SETOR: AREA VERMELHA

ACIDENTE DE TRABALHO: NAO

CASO POLICIAL: NAO

PLANO DE SAÚDE: NAO

TRAUMA: NAO

### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

☐ VERMELHO

☐ AMARELO

☐ VERDE

☐ AZUL

### Queixa Principal / História da Doença Atual:

Paciente vítima de queda de moto chacoalhada pelo SAMU em procedimento a colar cervical, imobilizada por uma enfermeira, referindo dor local. Não vômito, sincope e alergias.

### Exame Físico:

consciente, orientado, normotensa e eufórica  
A) ver aerofonia, sem crepitações. B) MVG em APE 12/15. C) RCR em 20. B) 12/15. D) glóbulos brancos 12.000/mm³. E) eritema em  
vasto esquerdo, pequena ferida imobilizada. F) ferida de 1cm de comprimento, 0,5cm de profundidade, com sangramento superficial e profundo.  
ABD flácido, normotensa, sem dor à palpação superficial e profunda.

### Exames Complementares:

☐ RAIO-X

☐ SANGUE

☐ URINA

☐ TC

☐ LIQUOR

☐ ECG

☐ ULTRASSONOGRAFIA

### Hipótese Diagnóstica:

Fratura em perna D, chacoalhada, com D

### Conduta Clínica

- RX de coxa D
- avaliação do ortopedista
- alta da cirurgia geral

### Enfermagem

Carimbo e assinatura de enfermeiro  
Carimbo e assinatura de enfermeiro  
Carimbo e assinatura de enfermeiro

12.05.15

79937-8

USUÁRIO: Katia Nanuzia Pereira Santos



## BOLETIM OPERATÓRIO

NOME: *M.ª Clara Maria Barros* REG: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_  
 DATA DA CIRURGIA: *07/03/15* HORA-ÍNICIO: \_\_\_\_\_ HORA-TÉRMINO: \_\_\_\_\_  
 MÉDICO: *Fernando Barros* MÉDICO AUXILIAR: \_\_\_\_\_  
 MÉDICO ANESTESISTA: *Luiz Carlos* ACADÊMICO: \_\_\_\_\_  
 DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO (ACESSO - ACHADOS - CONDUTA)

1. Anestesia:

- Injeção no ponto lateral da coxa ①

2. Abordagem:

- Furo de compressão de femur ②

3. Conduta:


- Antimpiol e mobilização da coxa
- Injeção + 4 pontos por plano de hemitórax
- Identificação do plano de pele
- Limpeza da pele e sangramento da pele
- Fixação de pele com fio de 12 fur
- Lixa de 95 mm, com, 12 pontos verticais
- Lixa 5 pontos 32, 2 pontos 34, 2 pontos 36, 2 pontos 38, 2 pontos 38;
- Injeção de 50 ml de DMS de 100 mg 4, 5 mm
- Fechamento por planos
- Curativos

Dr. Fernando Barros  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-AL 5213

ASS. DO RESPONSÁVEL PELA CIRURGIA - CRM

SE NECESSÁRIO USAR O VERSO



	<b>SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU</b> <b>FICHA DE ATENDIMENTO - USB</b>		USB <input checked="" type="checkbox"/>	DATA DA OCORRÊNCIA 07/02/15
	NOME Maria Aurora Nogueira Soares	ENDEREÇO Log. Olavo Colheiras Adm. C.I. N° 34	IDADE / QT. NASC. 21	FICHA N° 384
PONTO DE REFERÊNCIA				

### CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

#### ☐ CLÍNICO

☐ PARADA CARDÍACA

☐ INTOXICAÇÃO EXÓGENA

☐ DIST. CARDIOVASCULARES

☐ DIST. RESPIRATÓRIOS

☐ DIST. NEUROLÓGICOS

☐ DIST. ENDOCRINOLÓGICOS

☐ DIST. PSIQUIÁTRICOS

☐ DIST. MÚSCULO-ESQUELÉTICOS

☐ DIST. OBSTÉTRICOS

☐ DIST. GINECOLÓGICOS

☐ ASSIST. PARTO NORMAL

☐ DIST. UROLÓGICOS

☐ DIST. GASTROINTESTINAIS

☐ AFOGAMENTO

☐ DESMAIO

☐ TENTATIVA DE SUICÍDIO

☐ OUTROS / OBSERVAÇÕES

#### ☒ TRAUMA

☐ OUTROS TRAUMAS

☐ AGRESSÃO FÍSICA

☐ AGRESSÃO POR ARMA BRANCA

☐ AGRESSÃO POR ARMA DE FOGO

☐ MORDEDURA ANIMAL DOMÉSTICO

☐ MORDEDURA ANIMAL SILVESTRE

☐ QUEDA DE ALTURA

☐ QUEDA DA PRÓPRIA ALTURA

☐ CHOQUE ELÉTRICO

☐ QUEIMADURA

☐ ESMAGAMENTO

☐ POR OBJETO CONTUNDENTE

☐ ACIDENTE DE TRÂNSITO

☐ PEDESTRE

☐ BICICLETA

☒ MOTOCICLETA

☐ CARRO

☐ CAMINHÃO / ÔNIBUS

☐ OUTROS

☐ PEDESTRE

☐ BICICLETA

☐ MOTOCICLETA

☐ CARRO

☐ CAMINHÃO / ÔNIBUS

☒ OUTROS

*Queda*

#### LOCAL DO ATENDIMENTO

☐ CASA

☐ APARTAMENTO

☐ FAVELA

☒ VIA PÚBLICA

☐ OUTROS

#### PROTEÇÃO

☐ CAPACETE

☐ CINTO DE SEGURANÇA

☒ NÃO USAVA

☐ NÃO OBSERVADO

☐ OBSERVAÇÕES:

#### SITUAÇÃO DA VÍTIMA

☐ PEDESTRE

☐ BICICLETA

☐ MOTOCICLETA

☐ CARRO

☐ CAMINHÃO / ÔNIBUS

☐ OUTROS

#### POSIÇÃO DA VÍTIMA

☐ PEDESTRE

☒ CONDUTOR

☐ CARONA/GARUPA

☐ BANCO TRASEIRO

☐ CARROCERIA

☐ OUTROS

CAPOTAMENTO? ☐ SIM ☒ NÃO

EJEÇÃO DO VEÍCULO ☐ SIM ☒ NÃO

### AValiação DE ENFERMAGEM

#### VIAS AERIAS

☒ LIVRES

☐ OBSTRUÍDAS

☐ CIANOSE

#### OBSERVAÇÕES

#### RESPIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO

FREQ. RESP.

18

☐ LESÃO TORÁCICA

PULSO

☒ PALPÁVEL

PRESSÃO ARTERIAL

120 x 90

OXIMETRIA

94

PULSO

123

EDEMA? ☐ SIM ☒ NÃO

#### DANO NEUROLÓGICO

##### DEFICIT NEUROLÓGICO

☒ ALERTA

☐ INCONSCIENTE

☒ RESPOSTA VERBAL

☒ RESPOSTA DOR

☐ CEFALÉIA

☐ AMNÉSIA

☐ NÁUSEAS / VÔMITOS

##### SINAL DE ALERTA

☐ COMATOSO

☐ CHOROSO

☐ AGITADO

☐ RINORRAGIA

☐ OTORRAGIA

☐ PERDA DE MASSA ENCEFÁLICA

#### ATENDIMENTO À GESTANTE (PREENCHER APENAS PARA DIST. OBSTÉTRICOS E ASSIST. PARTO NORMAL)

ÚLTIMA MENSTRUÇÃO (DATA)

GESTA

PARA

CESÁRIA

ABORTO

SANGRAMENTO VAGINAL?

☐ SIM ☒ NÃO

CONTRAÇÕES?

☐ SIM ☒ NÃO

PERDA DE LÍQUIDO

☐ SIM ☒ NÃO

FREQUÊNCIA (EM 10 MIN)

☐ SIM ☒ NÃO

HÁ ABORTO PROVOCADO?

☐ SIM

☒ NÃO

FAZ PRÉ-NATAL?

☐ SIM

☒ NÃO

OUTRAS OBSERVAÇÕES SOBRE A GESTAÇÃO

CONSULTAS:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS  
CENTRO DE PATOLOGIA E MEDICINA LABORATORIAL

fls. 18

02/03/2016

Nome: MARIA CICERA  
Last Name  
ID DOENTE: 1.12264/2244098  
Patient Comment

Sample No. 120  
Comentário: MARIA CICERA  
Sex  
Birth  
Rack No.  
Tube Pos. 2 1

Positivo  
Dif.

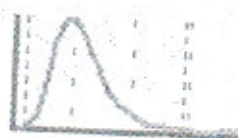
RBC 4.07  $[10^6/uL]$   
HGB 12.7  $[g/dL]$   
HCT 38.5  $[%]$   
MCV 89.7  $[fL]$   
MCH 31.2  $[pg]$   
MCHC 34.8  $[g/dL]$   
RDW-SD 41.0  $[fL]$   
RDW-CV 12.7  $[%]$

PLT 352  $[10^3/uL]$   
MPV 11.7  $[fL]$

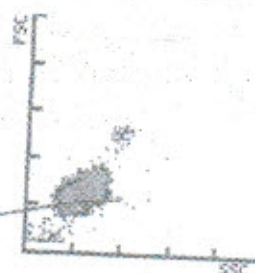
RBC



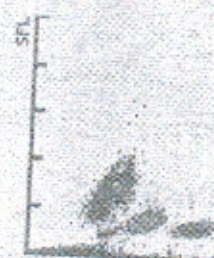
PLT



WBC/BASO



DIFF



WBC 8.55  $[10^3/uL]$   
NEUT# 3.33  $[10^3/uL]$  39.1  $[%]$   
LYMPH# 2.21  $[10^3/uL]$  25.8  $[%]$   
MONO# 0.64  $[10^3/uL]$  7.5  $[%]$   
EO 2.09  $[10^3/uL]$  24.4  $[%]$   
BASO# 0.08  $[10^3/uL]$  0.9  $[%]$

WBC Mensagem IP

RBC Mensagem IP

PLT Mensagem IP

Neutropenia  
Eosinofilia

Luana Souza de Souza  
Farmacêutica-Bioquímica  
CRF 1117



$$\frac{G}{214}$$



2244098  
9:05h

03103115

I QUB F3A++ N 25

avR

V1

V4

CM

II

avL

V2

V5

III

avF

V3

V6

II

**SINISTRO 3150637160 - Resultado de consulta por beneficiário**

fls. 21

**VÍTIMA** MARIA CICERA MOURA BARROS

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** GENTE SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO** MARIA CICERA MOURA BARROS

**CPF/CNPJ:** 12068614448

**Posição em 07-07-2016 15:15:13**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

H. 725.00





**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici**

**Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,**

**Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0700465-40.2016.8.02.0045**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Maria Cícera Moura Barros

**Réu:** Companhia Excelsior de Seguros S/A

### **DECISÃO**

*Vistos etc.*

Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura.

Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos.

Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do NCPC.

Nomeio o Dr. Marcello Roter Martins Santos, para atuar como perito, com currículo já carreado aos autos, uma vez que ausente especialista em Ortopedia atualmente cadastrado no Banco de Peritos do TJAL, tendo em vista a necessidade de se produzir prova acerca da incapacidade da parte autora, em caso positivo, se ela decorre de fato descrito na inicial e a respectiva intensidade.

Para agilizar a elaboração do laudo pericial, deverão ambas as partes e o perito serem intimados para comparecerem à sala de audiências deste Fórum no dia 22.05.2019, às 9:30 horas. A intimação do autor para perícia se dará de maneira pessoal, conforme entendimento consolidado do STJ, sendo certo que sua ausência ensejará na resolução do mérito pela improcedência do pedido.

Levando em consideração a complexidade da matéria, o lugar, e o tempo exigido para a prestação do serviço e as peculiaridades regionais, fixo os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a ser adiantado integralmente por meio de depósito judicial pela parte ré, nos termos do Convênio n. 48/2018 do TJAL que fixou valores das perícias judiciais a serem observados pelos magistrados de Alagoas.

O perito deve responder sucintamente aos seguintes quesitos enumerados, podendo fazer outras observações que entenda pertinentes acerca da incapacidade da parte autora:



**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici**  
**Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,**  
**Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

*1) Pelas características da lesão, pode-se afirmar que ela decorreu de acidente automobilístico?*

*2) A natureza da lesão que acomete à autora acarreta invalidez permanente ou transitória para o trabalho e/ou atividades habituais, ou apenas debilidade permanente ou transitória? (Em caso da resposta ser debilidade, os demais quesitos restarão prejudicados).*

*3) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente, ela se apresenta como total ou parcial?*

*4) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente total, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT?*

*a) perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;*

*b) perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés.*

*c) perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior ou de um membro inferior.*

*d) perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral.*

*e) lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante, impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal, perda completa do controle esfinteriano ou comprometimento de função vital ou autonômica.*

*f) lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital.*

*5) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial, ela se apresenta como completa ou incompleta?*

*6) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial completa, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT?*

*a) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos.*

*b) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores.*





**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici**  
**Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,**  
**Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

*c) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés.*

*d) perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.*

*e) perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar.*

*f) perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo.*

*g) perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral, exceto o sacral.*

*h) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre outros dedos da mão.*

*i) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé.*

*j) perda integral (retirada cirúrgica) do baço.*

*7) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial incompleta e em sendo enquadrado em uma das hipóteses da tabela DPVAT do quesito anterior, as perdas se apresentaram de repercussão intensa, de repercussão médica, de repercussão leve ou de sequelas residuais?*

Deverá o perito, ainda, responder a eventuais quesitos apresentados previamente pelas partes, no que forem diversos do ora indicados, cabendo às partes carregá-los ao tempo da impugnação do perito, acaso assim já não tenham procedido.

Caso entenda pertinente, o perito pode adotar laudo conclusivo próprio sem adotar a quesitação acima delineada.

Intime-se o perito por *e-mail* (marcelloroter@gmail.com) para que se manifeste acerca da aceitação do múnus e proposta de honorários em 5 (cinco) dias e, em seguida, intinem-se as partes em idêntico prazo para se manifestarem acerca dos honorários.

Havendo concordância da parte ré e acaso já exista algum valor depositado em juízo pelo demandado a título de honorários periciais vinculado a este processo, faz-se oportuno nesse momento a sua complementação em 10 (dez) dias, uma vez que competirá ao réu o adiantamento integral dos honorários periciais.

Em continuidade, intinem-se as partes para, acaso assim já não tenham



**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici**

**Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,**

**Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

procedido, com a indicação de assistentes técnicos, impugnação do perito e para a apresentação de quesitos, nos moldes do art. 465, §1º, do NCPC, respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para tanto.

Cumprida a diligência, dê-se vistas do laudo pericial às partes para se manifestarem, no prazo comum também de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §1º, do NCPC.

Tão logo findada a perícia, proceda-se com expedição de alvará de transferência dos honorários periciais depositados em juízo pelo réu para conta bancária do Banco do Brasil, Agência 597-5, conta corrente 105232-2, de titularidade do Sr. Perito Marcello Roter Marins dos Santos, CRM 7228/AL, CPF 078.783.247-27.

Por fim, conclusos para sentença.

Murici , 03 de abril de 2019.

**Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba**  
**Juíza de Direito**



## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0222/2019, encaminhada para publicação.

Advogado  
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Autos nº: 0700465-40.2016.8.02.0045 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Cícera Moura Barros Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A DECISÃO Vistos etc. Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura. Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos. Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do NCPC. Nomeio o Dr. Marcello Roter Martins Santos, para atuar como perito, com currículo já carreado aos autos, uma vez que ausente especialista em Ortopedia atualmente cadastrado no Banco de Peritos do TJAL, tendo em vista a necessidade de se produzir prova acerca da incapacidade da parte autora, em caso positivo, se ela decorre de fato descrito na inicial e a respectiva intensidade. Para agilizar a elaboração do laudo pericial, deverão ambas as partes e o perito serem intimados para comparecerem à sala de audiências deste Fórum no dia 22.05.2019, às 9:30 horas. A intimação do autor para perícia se dará de maneira pessoal, conforme entendimento consolidado do STJ, sendo certo que sua ausência ensejará na resolução do mérito pela improcedência do pedido. Levando em consideração a complexidade da matéria, o lugar, e o tempo exigido para a prestação do serviço e as peculiaridades regionais, fixo os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a ser adiantado integralmente por meio de depósito judicial pela parte ré, nos termos do Convênio n. 48/2018 do TJAL que fixou valores das perícias judiciais a serem observados pelos magistrados de Alagoas. O perito deve responder sucintamente aos seguintes quesitos enumerados, podendo fazer outras observações que entenda pertinentes acerca da incapacidade da parte autora: 1) Pelas características da lesão, pode-se afirmar que ela decorreu de acidente automobilístico? 2) A natureza da lesão que acomete à autora acarreta invalidez permanente ou transitória para o trabalho e/ou atividades habituais, ou apenas debilidade permanente ou transitória? (Em caso da resposta ser debilidade, os demais quesitos restarão prejudicados). 3) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente, ela se apresenta como total ou parcial? 4) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente total, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT? a) perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores; b) perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés. c) perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior ou de um membro inferior. d) perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral. e) lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante, impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal, perda completa do controle esfinteriano ou comprometimento de função vital ou autonômica. f) lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital. 5) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial, ela se apresenta como completa ou incompleta? 6) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial completa, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT? a) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos. b) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores. c) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés. d) perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. e) perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar. f) perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo. g) perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral, exceto o sacral. h) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre outros dedos da mão. i) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé. j) perda integral (retirada cirúrgica) do baço. 7) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial incompleta e em sendo enquadrado em uma das hipóteses da tabela DPVAT do quesito anterior, as perdas se apresentaram de repercussão intensa, de repercussão médica, de repercussão leve ou de sequelas residuais? Deverá o perito, ainda, responder a eventuais quesitos apresentados previamente pelas partes, no que forem diversos do ora indicados, cabendo às partes carrear-los ao tempo da impugnação do perito, acaso assim já não tenham procedido. Caso entenda pertinente, o perito

pode adotar laudo conclusivo próprio sem adotar a quesitação acima delineada. Intime-se o perito por e-mail (marcelloroter@gmail.com) para que se manifeste acerca da aceitação do múnus e proposta de honorários em 5 (cinco) dias e, em seguida, intemem-se as partes em idêntico prazo para se manifestarem acerca dos honorários. Havendo concordância da parte ré e acaso já exista algum valor depositado em juízo pelo demandado a título de honorários periciais vinculado a este processo, faz-se oportuno nesse momento a sua complementação em 10 (dez) dias, uma vez que competirá ao réu o adiantamento integral dos honorários periciais. Em continuidade, intemem-se as partes para, acaso assim já não tenham procedido, com a indicação de assistentes técnicos, impugnação do perito e para a apresentação de quesitos, nos moldes do art. 465, §1º, do NCPC, respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para tanto. Cumprida a diligência, dê-se vistas do laudo pericial às partes para se manifestarem, no prazo comum também de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §1º, do NCPC. Tão logo findada a perícia, proceda-se com expedição de alvará de transferência dos honorários periciais depositados em juízo pelo réu para conta bancária do Banco do Brasil, Agência 597-5, conta corrente 105232-2, de titularidade do Sr. Perito Marcello Roter Marins dos Santos, CRM 7228/AL, CPF 078.783.247-27. Por fim, conclusos para sentença. Murici, 03 de abril de 2019. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba Juíza de Direito"

Murici, 3 de abril de 2019.



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0222/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 04/04/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 08/04/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)	5	12/04/2019

Teor do ato: "Autos nº: 0700465-40.2016.8.02.0045 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Cícera Moura Barros Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A DECISÃO Vistos etc. Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura. Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos. Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do NCPC. Nomeio o Dr. Marcello Roter Martins Santos, para atuar como perito, com currículo já carreado aos autos, uma vez que ausente especialista em Ortopedia atualmente cadastrado no Banco de Peritos do TJAL, tendo em vista a necessidade de se produzir prova acerca da incapacidade da parte autora, em caso positivo, se ela decorre de fato descrito na inicial e a respectiva intensidade. Para agilizar a elaboração do laudo pericial, deverão ambas as partes e o perito serem intimados para comparecerem à sala de audiências deste Fórum no dia 22.05.2019, às 9:30 horas. A intimação do autor para perícia se dará de maneira pessoal, conforme entendimento consolidado do STJ, sendo certo que sua ausência ensejará na resolução do mérito pela improcedência do pedido. Levando em consideração a complexidade da matéria, o lugar, e o tempo exigido para a prestação do serviço e as peculiaridades regionais, fixo os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a ser adiantado integralmente por meio de depósito judicial pela parte ré, nos termos do Convênio n. 48/2018 do TJAL que fixou valores das perícias judiciais a serem observados pelos magistrados de Alagoas. O perito deve responder sucintamente aos seguintes quesitos enumerados, podendo fazer outras observações que entenda pertinentes acerca da incapacidade da parte autora: 1) Pelas características da lesão, pode-se afirmar que ela decorreu de acidente automobilístico? 2) A natureza da lesão que acomete à autora acarreta invalidez permanente ou transitória para o trabalho e/ou atividades habituais, ou apenas debilidade permanente ou transitória? (Em caso da resposta ser debilidade, os demais quesitos restarão prejudicados). 3) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente, ela se apresenta como total ou parcial? 4) Em se tratando de hipótese de invalidez permanente total, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT? a) perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores; b) perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés. c) perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior ou de um membro inferior. d) perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral. e) lesões neurológicas que causem com dano cognitivo-comportamental alienante, impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal, perda completa do controle esfinteriano ou comprometimento de função vital ou autonômica. f) lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital. 5) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial, ela se apresenta como completa ou incompleta? 6) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial completa, qual o enquadramento da lesão de acordo com as seguintes hipóteses da tabela DPVAT? a) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos. b) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores. c) perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés. d) perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. e) perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar. f) perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo. g) perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral, exceto o sacral. h) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre outros dedos da mão. i) perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé. j) perda integral (retirada cirúrgica) do baço. 7) Em sendo hipótese de invalidez permanente parcial incompleta e em sendo enquadrado em uma das hipóteses da tabela DPVAT do quesito anterior, as perdas se apresentaram de repercussão intensa, de repercussão médica, de

repercussão leve ou de sequelas residuais? Deverá o perito, ainda, responder a eventuais quesitos apresentados previamente pelas partes, no que forem diversos do ora indicados, cabendo às partes carregá-los ao tempo da impugnação do perito, acaso assim já não tenham procedido. Caso entenda pertinente, o perito pode adotar laudo conclusivo próprio sem adotar a quesitação acima delineada. Intime-se o perito por e-mail (marcelloroter@gmail.com) para que se manifeste acerca da aceitação do múnus e proposta de honorários em 5 (cinco) dias e, em seguida, intemem-se as partes em idêntico prazo para se manifestarem acerca dos honorários. Havendo concordância da parte ré e acaso já exista algum valor depositado em juízo pelo demandado a título de honorários periciais vinculado a este processo, faz-se oportuno nesse momento a sua complementação em 10 (dez) dias, uma vez que competirá ao réu o adiantamento integral dos honorários periciais. Em continuidade, intemem-se as partes para, acaso assim já não tenham procedido, com a indicação de assistentes técnicos, impugnação do perito e para a apresentação de quesitos, nos moldes do art. 465, §1º, do NCPC, respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para tanto. Cumprida a diligência, dê-se vistas do laudo pericial às partes para se manifestarem, no prazo comum também de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §1º, do NCPC. Tão logo findada a perícia, proceda-se com expedição de alvará de transferência dos honorários periciais depositados em juízo pelo réu para conta bancária do Banco do Brasil, Agência 597-5, conta corrente 105232-2, de titularidade do Sr. Perito Marcello Roter Marins dos Santos, CRM 7228/AL, CPF 078.783.247-27. Por fim, conclusos para sentença. Murici, 03 de abril de 2019. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba Juíza de Direito"

Murici, 4 de abril de 2019.





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS  
ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Murici

Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334, Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA**

Processo Digital nº: 0700465-40.2016.8.02.0045  
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**  
Autor: Maria Cícera Moura Barros  
Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A  
Data da Audiência: **22/05/2019 às 09:30h - Sala de Audiência**

**Destinatário:**

**Companhia Excelsior de Seguros S/A**

Av. Marquês de Olinda, 175, 4º Andar, Recife Antigo

Recife-PE

CEP 50030-000

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados, bem como **INTIMADO(A)** a comparecer à audiência designada, e de todo o teor da decisão de fls. 22/25.

**AUDIÊNCIA:** Local: Sala de Audiências da Vara do Único Ofício de Murici - Tipo: Audiência Especial - Data e Horário: 22/05/2019 às 09:30h.

**PRAZO:** O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do NCPC).

**ADVERTÊNCIAS:**

**01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);**

**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Murici, 04 de abril de 2019. Manoel Alexandre Silva de Assis - Analista Judiciário



**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici**  
**Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,**  
**Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

Autos nº: 0700465-40.2016.8.02.0045

Ação: Procedimento Ordinário

Assunto: Acidente de Trânsito

Autor: Maria Cícera Moura Barros

Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A

Mandado nº: 045.2019/001095-7

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO NA AUDIÊNCIA**

O(A) Doutor(a) Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba, Juiz(a) de Direito da Vara do Único Ofício de Murici, da Comarca de Murici, na forma da lei etc.

MANDA o (a) Senhor (a) Oficial (a) de Justiça, Willie Vieira de Castro (572), que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s) para que compareça(m) à audiência designada para a realização de perícia, junto à sala de audiências deste Juízo de Direito.

**AUDIÊNCIA:** Local: Sala de audiências do(a) Vara do Único Ofício de Murici, Murici  
 - Endereço: Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2 - Data: 22/05/2019 às 09:30h.

#### **Destinatário(s)**

**Autor: MARIA CÍCERA MOURA BARROS**, Brasileira, Solteira, Prendas do Lar, RG 3735846-4, CPF 120.686.144-48, Conjunto Olavo Calheiros, 32, Quadra C1, Centro, CEP 57820-000, Murici - AL

Eu, Manoel Alexandre Silva de Assis, o digitei, e eu, \_\_\_\_\_, Manoel Alexandre Silva de Assis, Escrivã(o) Judicial, o conferi e subscrevi.

Murici, 04 de abril de 2019.

Manoel Alexandre Silva de Assis  
 Analista Judiciário

**\*04520190010957\***

**Acesse os autos através do site [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br) – Consulta de Processos – 1º Grau, com a seguinte senha do processo: Senha de acesso da pessoa selecionada**

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DO ÚNICO OFÍCIO DA  
COMARCA DE MURICI - AL

Processo n.º: 0700465-40.2016.8.02.0045

Demandante: MARIA CICERA MOURA BARROS

Demandado: Companhia Excelsior de Seguros S/A

**MARIA CICERA MOURA BARROS**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado abaixo assinado, legalmente constituído, com escritório situado na Rua Dr. José Castro de Azevedo, n.º 133, Farol, Maceió/AL, Contato: (82) 98856-9989 / 99118-8786 / 98128-2588, e-mail: carlos.plech@gmail.com, onde recebe intimações de direito, vem a presença de Vossa Excelência, em cumprimento a Decisão de fls. 22/25, para informar que, a princípio, **não tem nada a opor quanto ao perito nomeado**, bem como que **possui quesitos suplementares** ao final desta petição disponibilizados, como também **não indicará assistente técnico**, em função de não ter condições econômicas para tanto.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Murici/AL, 07 de Abril de 2019.

**CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO**  
**OAB/AL 8628**



## QUESITOS:

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pela parte Autora e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;

2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para a parte Autora e, em caso positivo, qual o seu respectivo GRAU DE EXTENSÃO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA TABELA CONTIDA NA RESOLUÇÃO N.º 1/75, DE 03/10/75, EXPEDIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, que segue em anexo, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;

3. Queira o SR. Perito informar, em caso de debilidade definitiva encontrada, se a mesma é TOTAL ou PARCIAL. Se for Parcial, informar se a mesma é COMPLETA ou INCOMPLETA, bem como sua respectiva GRADUAÇÃO, de acordo com a Tabela Indenizatória anexa à Lei do Seguro DPVAT.

4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.



## AVISO DE RECEBIMENTO

# Digital

09/04/2019  
LOTE: 1690



fls. 34

**DESTINATÁRIO**

Companhia Excelsior de Seguros S/A

Av. Marquês de Olinda, 175, 4º Andar, Recife Antigo

Recife, PE

**50030-000**

AR996820358VU



### TENTATIVAS DE ENTREGA

1<sup>st</sup> / / : h

$$2^{\Delta} \frac{\quad}{\quad} / \frac{\quad}{\quad} / \frac{\quad}{\quad} \quad \frac{\quad}{\quad} : \frac{\quad}{\quad} h$$

3<sup>a</sup> \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**ATENÇÃO:**

Posta restante de  
20 (vinte) dias  
corridos.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

### MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se

**2** Endereço insuficiente

3 Não existe o número

4 Desconhecido

**9** Outros

**5** Recusado

**6** Não procurado

**7** Ausente

**8 Falecido**

**ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA	
-----------------	--

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [post@post.correios.com.br](mailto:post@post.correios.com.br), liberado nos autos em 17/04/2019 às 01:44. Para conferir o original, acesse o site <https://www2.tau.br/assinadigital/poli/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0701495-40/2016, R.02/1905 e código 92360C.

Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Murici  
Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334, Murici-  
AL - E-mail: murici@tjal.jus.br

**Autos nº 0700465-40.2016.8.02.0045**

**Mandado nº 045.2019/001095-7**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Maria Cícera Moura Barros

**Réu:** Companhia Excelsior de Seguros S/A

### ***CERTIDÃO***

Certifico eu, Willie Vieira de Castro (572) Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado da M.M. Juíza de Direito da Vara do Único Ofício de Murici, Dr. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba, e extraído dos autos da Ação Procedimento Ordinário, processo nº. 0700465-40.2016.8.02.0045, proposta pelo Maria Cícera Moura Barros, em face de Companhia Excelsior de Seguros S/A, em diligência, dirigi-me ao endereço constante no mandado, e aí sendo, **PROCEDI A INTIMAÇÃO de Maria Cícera Moura Barros**, na pessoa de sua mãe, D. Pedrina da C. De Moura, que após a leitura do presente mandado, recebeu a contrafé e exarou sua nota de ciência.( a intimanda mudou-se para outro endereço e a mãe não soube precisar).

Razão pela qual, devolvo o presente mandado para os devidos fins.

O referido é verdade e dou fé.

Murici, 23 de abril de 2019 .

Willie Vieira de Castro (572)  
Oficial de Justiça